



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) fundamenta a necessidade de aquisição de pneus para a frota de veículos das Secretarias Municipais de Dois Vizinhos/PR, buscando complementar a demanda não atendida pela licitação anterior e assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos.

1.2. A demanda por pneus surge da imperativa necessidade de manter a frota em condições ideais de funcionamento, minimizando o impacto do desgaste natural e garantindo a segurança dos veículos. Essa aquisição visa suprir demandas imediatas e assegurar a operacionalidade dos veículos que não foram contemplados na licitação anterior, garantindo a continuidade dos serviços essenciais.

1.3. Para tanto, este documento reúne um conjunto abrangente de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais. Essa análise detalhada visa fundamentar a tomada de decisão mais adequada, em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

1.4. A conclusão deste estudo servirá como base sólida para a elaboração do Termo de Referência, documento que norteará o processo de aquisição dos pneus. Ao garantir a segurança e a operacionalidade dos veículos, a aquisição de pneus se revela crucial para o desempenho eficaz das atividades municipais e, conseqüentemente, para o atendimento de qualidade à população de Dois Vizinhos/PR.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A aquisição de pneus para a frota municipal de Dois Vizinhos/PR é essencial para garantir a segurança dos usuários e motoristas, bem como a eficiência operacional dos veículos. A necessidade de substituição dos pneus desgastados, que atingiram o limite de rodagem, é crucial para manter a estabilidade dos veículos e prevenir acidentes.

2.2. A frota municipal, composta por veículos de passeio, médios e pesados, opera de forma ininterrupta, atendendo às demandas de todas as secretarias. Essa utilização constante, aliada às diversas condições de terreno e climáticas da região, acelera o desgaste dos pneus, exigindo reposição frequente.

2.3. A qualidade dos pneus é um fator determinante para a segurança e o desempenho dos veículos. Pneus que atendem aos padrões recomendados pelas montadoras, com certificação do INMETRO e do Instituto de Qualidade Automotiva (IQA), garantem a estabilidade, a economia de combustível e o conforto durante a condução.

2.4. O crescimento constante da frota municipal, impulsionado pela expansão dos serviços públicos e pela substituição de veículos antigos, demanda um aumento na aquisição de pneus. Essa demanda crescente, aliada às projeções de expansão futura da frota, exige um planejamento estratégico para garantir a disponibilidade dos componentes essenciais.

2.5. A aquisição de pneus de qualidade não apenas garante a segurança e a eficiência da frota, mas também contribui para a redução dos custos de manutenção em longo prazo, otimizando o uso do patrimônio municipal e assegurando a continuidade dos serviços essenciais à comunidade.

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Fone (46) 3536 8800 – CEP 85.660-000 – Dois Vizinhos - PR

Assinado por 6 pessoas: ISAC VITOR MEDEIROS, VÍCTOR CARLOS PRADO, BIANCA CRISTINA SCHREIBER, MARCELO VELASCO, IRIS CRISTINA BERTOLINI e DEONIR CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/9A66-8A80-A8DE-6B70> e informe o código 9A66-8A80-A8DE-6B70





Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

3. ALINHAMENTO COM O PAC

3.1.A aquisição de pneus está prevista no Plano Anual de Contratações, no entanto constatou-se que apenas o item 1749 da atual demanda foi devidamente previsto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.Os itens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.Para fornecimento pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar documentação comprobatória a título habilitação, nos termos do art. 62 e 67 da Lei nº 14.133/2021:

4.3.A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

5.1.A empresa declarada vencedora dos itens de PNEUS, deverá apresentar no ato da habilitação a Certificação do produto no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em nome da licitante e/ou em nome do fabricante ou importador.

6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

6.1.Basicamente a Secretaria se baseou no seu quantitativo considerando o controle de consumo do último período de 12 meses, e no número existente destes veículos/equipamentos que a Administração Municipal possui em seu patrimônio, ainda considerando, contudo, sofrer alterações, devido à baixas ou aquisições de outros veículos/equipamentos em 2025.

7. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

7.1.A aquisição de pneus para a frota municipal exige uma análise criteriosa das soluções disponíveis, visando otimizar os recursos públicos e garantir a eficiência dos serviços. Para tanto, foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades do município.

7.2.Observou-se que a contratação de empresas para fornecimento de pneus é uma prática comum em órgãos públicos de todas as esferas, com variações principalmente na modalidade de licitação aplicada, conforme a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021).

7.3.Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 20 da Lei nº 14.133/2021, pois possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Além disso, a pesquisa de mercado revelou a existência de diversos fornecedores e fabricantes, com ampla variedade de marcas e modelos que atendem ao objeto da contratação, o que garante a competitividade do certame.

7.4.As possibilidades para aquisição dos pneus incluem: Pregão Eletrônico (Registro de Preços ou Compra Integral), Dispensa, Inexigibilidade e Adesão.

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Fone (46) 3536 8800 – CEP 85.660-000 – Dois Vizinhos - PR

Assinado por 6 pessoas: ISAC VITOR MEDEIROS, VICTOR CARLOS PRADO, BIANCA CRISTINA SCHREIBER, MARCELO VELASCO, IRIS CRISTINA BERTOLINI e DEONIR CALDATO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/9A66-8A80-A8DE-6B70> e informe o código 9A66-8A80-A8DE-6B70



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

7.5. Dispensa e Inexigibilidade foram descartadas por não se enquadrarem nas especificidades da demanda, conforme os artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021. A adesão a atas de outros órgãos também foi considerada, mas descartada devido à ausência de histórico de utilização dessa modalidade pela administração municipal.

7.6. Diante desse cenário, a escolha recaiu sobre o Pregão Eletrônico, modalidade que permite ampla competitividade e a obtenção de preços vantajosos. Dentro do Pregão Eletrônico, duas alternativas se destacaram:

7.7. Registro de Preços (Solução A):

7.8. Essa modalidade permite a aquisição de pneus conforme a demanda, evitando a necessidade de compra integral e o acúmulo de estoque.

7.9. A flexibilidade do registro de preços se alinha à natureza variável da demanda por pneus, que pode oscilar ao longo do ano.

7.10. Essa alternativa foi escolhida, pois a compra integral acarreta em um gasto muito grande, e a compra por demanda, é mais vantajosa economicamente.

7.11. A competitividade do pregão eletrônico garante a obtenção do menor preço por item, otimizando os recursos públicos.

7.12. Compra Integral (Solução B):

7.13. Embora a compra integral possa garantir preços mais estáveis, ela exige a alocação de recursos financeiros em sua totalidade, independente da demanda, o que pode limitar a disponibilidade para outras necessidades.

7.14. Além de que a compra integral, gera a necessidade de um espaço para armazenamento de estoque dos pneus, gerando mais gastos para o município.

7.15. Justificativa da Escolha pelo Registro de Preços:

7.16. A decisão pelo registro de preços (Solução A) se baseia nos seguintes fatores:

7.17. Flexibilidade: Permite a aquisição de pneus conforme a demanda, evitando a imobilização de recursos em estoque.

7.18. Economicidade: A competitividade do pregão eletrônico garante a obtenção do menor preço por item.

7.19. Planejamento: Facilita o planejamento de compras futuras, garantindo a disponibilidade de pneus quando necessário.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para estimar o valor da contratação, elaborou-se um relatório de consumo detalhado, baseado em pregões anteriores, com o objetivo de realizar uma aquisição mais abrangente. Com base nessas informações foram detalhados os itens e quantidades a serem adquiridos.

8.2. Dessa forma, o valor estimado da contratação seguirá os valores projetados no Documento de Fundamentação de Despesa (DFD).

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

9.1. Contratação de empresa para fornecimento de pneus novos, sem uso anterior para veículos da frota municipal, para suprir as necessidades de todas as secretarias da administração, durante o período de 12 meses.

9.2. Um estudo minucioso das necessidades da frota municipal foi conduzido, analisando fatores como tipos de veículos, condições de operação e especificações técnicas conforme ANEXO 1.

9.3. A escolha das soluções para a frota municipal foi realizada de forma técnica e estratégica, considerando fatores como qualidade, custo-benefício, desempenho e sustentabilidade.

9.4. A seleção dos pneus, por exemplo, levou em conta as especificidades de cada tipo de veículo e as condições operacionais da frota, garantindo a melhor performance e durabilidade.

9.5. As aquisições da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos em atendimento ao dispositivo legal serão realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

9.6. A aquisição de pneus para a frota das secretarias municipais, por meio de licitação / Pregão Eletrônico, é a solução mais eficiente para garantir a segurança, a confiabilidade e a operacionalidade dos veículos municipais de Dois Vizinhos. Essa modalidade de compra assegura a obtenção de produtos de qualidade, com preços competitivos e prazos de entrega adequados às necessidades da Secretaria.

9.7. A análise econômica revela que a presente solução é a mais viável para a administração, a aquisição proposta resultará em economias significativas, considerando fatores como custo-benefício e competitividade de preços, essa economia reflete diretamente na otimização dos recursos públicos.

9.8. O processo de aquisição dos pneus será conduzido de acordo com as condições estabelecidas no edital, incluindo o cumprimento de todas as formalidades legais da Lei 14.133 e demais legislações pertinentes ao certame. Os pneus serão então distribuídos para os diferentes veículos da frota municipal conforme necessário.

9.9. Será realizado um monitoramento contínuo do desempenho dos pneus em operação, bem como a implementação de medidas de manutenção preventiva para garantir sua durabilidade e eficiência ao longo do tempo.

9.10. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

10.2. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada em itens, haja visto se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

11. DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP

11.1. É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, assim como deve ser realizada a divisão em cotas de até 25% do objeto para a contratação de ME ou EPP nos itens de natureza divisível, conforme determina o art. 48, inc. I e II, da Lei Complementar 123/2006.

11.2. Conforme constatado em pesquisa as ATAs dos pregões anteriores, verificou-se participação de empresas locais e regionais, portanto, a licitação levará em conta a exclusividade ou cota reservada para micro empresas e empresas de pequeno porte, a depender do valor de cada item a ser licitado.

12. ANÁLISE SOBRE O ÍNDICE DE REAJUSTE

12.1. Conforme orientação da [Secretaria de Gestão \(SEGES\) — Ministério da Economia](#): “A Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, “...o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração...” – TCU, Ac. nº 114/2013-Plenário.”, por isso a escolha do índice de reajuste é crucial para garantir a equidade tanto para a administração pública quanto para os fornecedores, especialmente em contratos de longo prazo como os de fornecimento de pneus.

12.2. O Tribunal de Contas da União (TCU) é claro ao recomendar que o índice utilizado seja o mais próximo da variação real dos preços dos bens em questão. No caso de pneus, um índice setorial ou específico seria ideal, pois capturaria as particularidades do mercado de pneus, como variações nos preços de matérias-primas, custos de produção e flutuações na demanda.

12.3. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é um índice geral que mede a variação dos preços de uma cesta ampla de bens e serviços para o consumidor final. Embora seja um índice bastante utilizado, ele pode não refletir de forma precisa a variação dos preços dos pneus, que podem ser influenciados por fatores específicos do setor, como:

12.4. Variações no preço da borracha: A borracha é um dos principais insumos na fabricação de pneus e suas oscilações de preço podem ter um impacto significativo no custo final do produto.

12.5. Custos de produção: Fatores como energia, mão de obra e logística também influenciam o custo de produção dos pneus.

12.6. Taxas e impostos: Alterações nas taxas e impostos incidentes sobre a produção e comercialização de pneus podem afetar seus preços.

12.7. Oferta e demanda: A oferta e demanda por pneus, que podem variar de acordo com fatores como sazonalidade e condições econômicas, também influenciam seus preços.

12.8. Diante dessas considerações, conclui-se que o índice setorial mais específico e adequado para o reajuste dos preços de pneus é IPP - Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DE MATERIAL PLÁSTICO, que mede a variação dos preços dos produtos na saída das fábricas, podendo capturar melhor as variações nos custos de produção dos pneus.

13. CRITÉRIOS DE QUALIDADE

13.1. Justificativa para a Exigência de Laudos Técnicos em Casos de Defeito de Fabricação

13.2. A inclusão da exigência de laudos técnicos para a comprovação de defeitos de fabricação de pneus, bem como a responsabilização do fornecedor pelos custos da análise em caso de confirmação do vício, é medida essencial e legalmente amparada, visando proteger o interesse público e a gestão eficiente dos recursos.

13.3. A natureza dos pneus, como bens duráveis e elementos críticos para a segurança e operacionalidade da frota pública, exige que a Administração se resguarde contra falhas ocultas que não são detectáveis no momento do recebimento. Defeitos de fabricação podem comprometer severamente a vida útil do produto, gerar custos inesperados de manutenção (com substituições prematuras e danos a outros componentes do veículo), e, mais gravemente, colocar em risco a vida dos usuários e de terceiros devido a falhas catastróficas.

13.4. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) impõe ao contratado a responsabilidade pela perfeita execução do contrato e pela qualidade dos bens fornecidos, bem como pelos danos decorrentes de sua culpa ou dolo. O Art. 117 da mesma lei reforça o dever de fiscalização da Administração, que deve garantir a conformidade e a qualidade do objeto contratado.

13.5. Nesse contexto, exigir um laudo técnico é uma ferramenta indispensável para:

13.6. Fundamentar a Aplicação da Garantia: Um laudo técnico fornece a base técnica e imparcial para comprovar a existência do defeito de fabricação, evitando contestações infundadas do fornecedor e garantindo que a garantia seja devidamente acionada.

13.7. Proteger os Recursos Públicos: Ao estabelecer que o fornecedor arcará com os custos do laudo caso o defeito seja comprovado, a Administração se protegerá financeiramente, pois não terá que custear a comprovação de uma falha que é de responsabilidade do contratado. Isso também serve como desestímulo ao fornecimento de produtos de qualidade duvidosa.

13.8. Promover a Celeridade na Solução: A perspectiva de ter que custear laudos técnicos incentiva o fornecedor a resolver a questão do defeito de forma mais ágil e consensual, evitando a necessidade de análises mais complexas e demoradas.

13.9. Assegurar a Segurança e Qualidade: Garante que a frota opere com pneus seguros e de acordo com as especificações técnicas, preservando a vida útil dos veículos e, principalmente, a segurança das pessoas.

14. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

14.1. Os objetivos principais desta contratação é obter os seguintes resultados:

14.2. Melhor Relação Custo-Benefício: Busca-se a aquisição dos itens descritos nesta solução com a melhor relação custo benefício, assegurando um preço competitivo e compatível com as especificações técnicas necessárias para atender às demandas da secretaria, assim como suprir a demanda dos serviços para o período mínimo de doze meses.

14.3. Os resultados pretendidos da aquisição de pneus para a frota municipal podem ser demonstrados através de diversos indicadores e métricas, que refletem os benefícios



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

esperados para a administração pública e para a comunidade atendida. Alguns exemplos de demonstrativos dos resultados pretendidos incluem:

14.4.Redução de custos operacionais: Monitoramento do custo total de propriedade dos pneus, incluindo aquisição, manutenção e substituição, comparando-o com períodos anteriores ou com outras opções de aquisição.

14.5.Aumento da eficiência operacional: Avaliação da disponibilidade dos veículos da frota para operação. O objetivo é demonstrar um aumento na disponibilidade dos veículos devido à redução de paradas não planejadas devido a problemas relacionados aos pneus.

14.6.Garantia da segurança dos veículos: Monitoramento de indicadores de segurança, como o número de acidentes relacionados a problemas nos pneus, aumentando a segurança dos motoristas e passageiros.

14.7.Maior durabilidade dos pneus: Acompanhamento da vida útil dos pneus adquiridos, comparando-a com a vida útil média esperada ou com períodos anteriores.

14.8.Sustentabilidade ambiental: Avaliação do impacto ambiental da aquisição de pneus, incluindo a redução na geração de resíduos. O objetivo é demonstrar um compromisso com a sustentabilidade ambiental, contribuindo para a redução do impacto ambiental da frota municipal.

14.9.Considerando os compromissos ambientais, espera-se que a solução proposta pela empresa contratada contemple práticas sustentáveis, minimizando impactos ambientais e adotando medidas que promovam a responsabilidade ambiental.

14.10.Espera-se que a empresa contratada demonstre eficiência logística, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega dos produtos nos locais determinados pelas secretarias. A pontualidade na distribuição é crucial para evitar interrupções no fornecimento.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

15.1.Os serviços de substituição dos pneus adquiridos serão realizados pelos servidores do Parque de Máquinas.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

16.1.A aquisição de pneus gera resíduos sólidos e rejeitos que demandam uma gestão ambientalmente adequada. Nesse sentido, este ETP propõe que a futura contratação inclua a responsabilidade da empresa fornecedora pela destinação final dos resíduos, em observância à PNRS e às normas ambientais vigentes.

16.2.A implementação de mecanismos de logística reversa é fundamental para a coleta, o transporte e a destinação final dos pneus inservíveis. Essa prática visa minimizar o impacto ambiental da aquisição e promover a sustentabilidade.

16.3.A administração municipal poderá estabelecer parcerias com a empresa fornecedora e a sociedade civil para a implementação da logística reversa, buscando otimizar a gestão dos resíduos e promover a conscientização ambiental.

16.4.A empresa fornecedora deverá apresentar, periodicamente, comprovantes da destinação adequada dos resíduos, em conformidade com as normas ambientais e as exigências do órgão contratante.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

16.5. A inclusão de critérios de sustentabilidade no Termo de Referência e no contrato será fundamental para garantir o cumprimento das obrigações ambientais e promover a responsabilidade socioambiental na aquisição de pneus para a frota municipal.

17. O REGIME DE FORNECIMENTO DE BENS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBSERVADOS OS POTENCIAIS DE ECONOMIA DE ESCALA

17.1. Fornecimento parcelado

18. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, MODO DE DISPUTA E A ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA DA FORMA DE COMBINAÇÃO DESSES PARÂMETROS.

18.1. Para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a administração pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto definiu-se:

18.2. Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico/Registro de Preço

18.3. Critério de julgamento: Menor preço por item

18.4. Modo de disputa: Aberto

19. MOTIVAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL.

19.1. **Justificativa para exigências de qualificação técnica:** Na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal é fundamental para garantir que os produtos adquiridos atendam aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos para operação dos veículos municipais. Alguns pontos a serem considerados na justificativa incluem:

19.2. **Segurança dos veículos e passageiros:** Pneus de qualidade inferior ou inadequados podem comprometer a segurança dos veículos e dos passageiros, aumentando o risco de acidentes e incidentes. Portanto, exigir qualificação técnica dos fornecedores garante que os pneus fornecidos atendam aos requisitos de segurança estabelecidos pelas normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

19.3. **Durabilidade e desempenho:** Pneus de baixa qualidade podem ter uma vida útil mais curta e um desempenho inferior em condições de operação adversas, o que pode resultar em maior frequência de substituições, custos adicionais e interrupções na operação da frota. Ao exigir qualificação técnica dos fornecedores, a administração municipal pode garantir que os pneus fornecidos tenham a durabilidade e o desempenho necessários para suportar as demandas da frota municipal.

19.4. **Compatibilidade com os veículos e condições de operação:** A frota municipal pode incluir uma variedade de veículos com diferentes características e requisitos de operação. Portanto, é importante que os pneus fornecidos sejam compatíveis com os diferentes tipos de veículos e as condições de operação específicas da frota. Exigir qualificação técnica dos fornecedores assegura que eles tenham o conhecimento e a experiência necessários para recomendar os pneus mais adequados para cada aplicação.

19.5. **Suporte técnico e assistência pós-venda:** A qualificação técnica dos fornecedores também é importante para garantir que eles possam oferecer suporte técnico e assistência pós-venda, incluindo orientação na seleção dos pneus adequados, treinamento para a equipe de manutenção e resolução de problemas técnicos. Isso ajuda a maximizar a eficiência operacional da frota e a minimizar o tempo de inatividade dos veículos.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

19.6. Exigência de qualificação econômico-financeira: na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal é fundamental para garantir a solidez e a capacidade financeira dos fornecedores de cumprir com os termos do contrato e fornecer os produtos necessários de forma adequada e oportuna. Algumas justificativas para essa exigência incluem:

19.7. Garantia de fornecimento contínuo: Fornecedores financeiramente sólidos têm mais probabilidade de manter operações estáveis e fornecer continuamente os produtos necessários conforme estipulado no contrato. Isso reduz o risco de atrasos ou interrupções no fornecimento, garantindo que a frota municipal tenha acesso aos pneus necessários quando necessário.

19.8. Redução do risco de inadimplência: Fornecedores com boa Viação, Obras e Serviços Urbanos financeira têm menos probabilidade de enfrentar dificuldades financeiras que possam levá-los à inadimplência ou falência. Ao exigir qualificação econômico-financeira dos fornecedores, a administração municipal pode reduzir o risco de problemas financeiros que possam afetar o cumprimento do contrato e a continuidade do fornecimento de pneus.

19.9. Maior confiabilidade e segurança na transação: A qualificação econômico-financeira dos fornecedores aumenta a confiança da administração municipal de que eles têm os recursos financeiros necessários para cumprir com os termos do contrato. Isso proporciona maior segurança e tranquilidade durante todo o processo de aquisição.

19.10. Proteção dos recursos públicos: Exigir qualificação econômico-financeira dos fornecedores é uma medida de proteção dos recursos públicos, garantindo que o dinheiro dos contribuintes seja investido em fornecedores confiáveis e financeiramente estáveis, que têm a capacidade de cumprir com os compromissos contratuais.

19.11. Prevenção de riscos operacionais: Fornecedores financeiramente frágeis podem enfrentar dificuldades para cumprir com os requisitos de qualidade e quantidade estabelecidos no contrato, o que pode resultar em problemas operacionais e impactar negativamente a eficiência e a segurança da operação da frota municipal.

19.12. Em resumo, a exigência de qualificação econômico-financeira dos fornecedores de pneus para a frota municipal é uma prática prudente que ajuda a garantir a continuidade do fornecimento, reduzir o risco de inadimplência, aumentar a confiabilidade da transação, proteger os recursos públicos e prevenir riscos operacionais.

19.13. Regras pertinentes à participação de empresas em consórcio: na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal reside em diversos benefícios e considerações importantes, incluindo:

19.14. Ampla capacidade de fornecimento: Permitir a formação de consórcios entre empresas aumenta a capacidade de fornecimento, possibilitando que pequenas e médias empresas se unam para atender às demandas da administração municipal, mesmo que individualmente não possuam os recursos necessários para fornecer todos os produtos requisitados.

19.15. Compartilhamento de expertise e recursos: Empresas participantes de um consórcio podem compartilhar conhecimentos, experiências e recursos técnicos, o que pode resultar em soluções mais completas e inovadoras para atender às necessidades da frota municipal.

19.16. Mitigação de riscos: Ao se unirem em um consórcio, as empresas podem compartilhar os riscos associados à execução do contrato, o que pode reduzir a exposição a riscos financeiros e operacionais, garantindo uma execução mais estável e segura do projeto.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

19.17. Estímulo à competitividade: A participação de consórcios na licitação pode aumentar a competitividade do processo, permitindo que empresas menores concorram de forma mais efetiva com empresas maiores e estabelecidas no mercado, resultando em potenciais benefícios de preço e qualidade para a administração municipal.

19.18. Flexibilidade na composição do consórcio: Estabelecer regras claras para a participação de empresas em consórcio permite que a administração municipal defina critérios de elegibilidade e requisitos mínimos de qualificação para garantir a idoneidade e capacidade das empresas participantes, assegurando que apenas consórcios robustos e confiáveis possam participar do processo licitatório.

19.19. Promoção da diversidade e inclusão: A participação de consórcios pode promover a diversidade e inclusão no processo de contratação, permitindo que empresas de diferentes portes, setores e regiões geográficas se unam para competir de forma mais equitativa, contribuindo para um ambiente de negócios mais inclusivo e representativo.

19.20. Portanto, estabelecer regras pertinentes à participação de empresas em consórcio na contratação de fornecedores de pneus para a frota municipal é uma prática que pode promover a eficiência, a competitividade, a diversidade e a mitigação de riscos no processo de contratação, resultando em potenciais benefícios tanto para a administração municipal quanto para as empresas participantes.

20. ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL

20.1. Em anexo.

21. ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PODERÁ TER CARÁTER SIGILOSO.

21.1. Não se aplica sigilo a este processo por entender que as divulgações das informações não terão prejuízos à administração.

22. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021).

22.1. Para implementar essa solução, será fundamental uma atualização completa dos dados da frota, incluindo a especificação dos pneus de cada veículo e a verificação de sua compatibilidade. Devido à carência de servidores no departamento de frotas até setembro de 2024, a alimentação do sistema não foi realizada de forma ideal. Com o quadro de funcionários completo, pretende-se normalizar essa situação.

22.2. Importante pontuar também que acerca do art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca dos produtos a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

22.3. A fiscalização do contrato será realizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, responsável por acompanhar e controlar a execução do fornecimento, cabendo-lhe assegurar o cumprimento do objetivo e das atividades contratadas.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Suplente de Fiscal Administrativo:	Iris Cristina Bertolini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Marcelo Velasco
Suplentes:	Victor.....

23. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

23.1. Esta equipe de planejamento da Secretaria solicitante declara viável esta contratação.

23.2. Os estudos preliminares evidenciaram que a referida aquisição dos itens, mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida. Tomando como base experiências em contratações anteriores e realização de pesquisa de mercado, conforme todo o exposto e a necessidade de contratação do objeto, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

Departamento de Controle de Frotas

Dois Vizinhos, 22 de maio de 2025.

Isac Vitor Medeiros Matrícula Funcional 19497-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9A66-8A80-A8DE-6B70

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ISAC VITOR MEDEIROS (CPF 039.XXX.XXX-67) em 22/05/2025 10:34:26 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VICTOR CARLOS PRADO (CPF 074.XXX.XXX-06) em 22/05/2025 13:37:08 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 22/05/2025 13:48:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCELO VELASCO (CPF 025.XXX.XXX-07) em 22/05/2025 14:36:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ÍRIS CRISTINA BERTOLINI (CPF 058.XXX.XXX-46) em 22/05/2025 14:38:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DEONIR CALDATO (CPF 431.XXX.XXX-68) em 22/05/2025 15:10:29 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/9A66-8A80-A8DE-6B70>